



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 055

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE JUNHO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Chico Noroeste (01).6

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1126**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 1116**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a indicação dos nomes do Deputado Padre Paulo Campos e do Secretário da Comissão, Richard Rüppel Sotto Maior, para participarem, como representantes da Comissão, na Conferência Nacional de Direitos Humanos, a realizar-se nos dias 29 e 30 de junho e 1º e 2º de julho, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 1128**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária do próximo dia 16 de junho, às 14h30, por 15 (quinze) minutos, para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, que está promovendo o evento o Grito da Terra no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 1123**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, pelos 43 anos de emancipação política do Município de Ivaí e pela realização da 3ª Festa das Associações e dos Produtores Rurais de Ivaí, ocorrida de 10 a 13 de junho.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Vereador Silvio Deodoro Chociai, Presidente da Câmara e demais Vereadores, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santos Dumont, 115 - CEP - 84.460-000 - Ivaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

**REQUERIMENTO Nº 1124**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Municí-

pio de Inácio Martins pela realização da 2ª Festa do Pinhão e 2ª Olimpíada do Agricultor Familiar, ocorrida de 11 a 13 de junho.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Jacir Antônio Martins, Prefeito Municipal e ao Sr. Vereador Walter Pincowski, Presidente da Câmara e demais Vereadores, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 7 de Setembro, 370 - CEP - 85.155-000 - Inácio Martins - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

#### REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado do Paraná - SETCEPAR, pelos 61 anos de atividade.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná - SETCEPAR comemora no mês de julho do presente ano, 61 anos de fundação, e vem contribuindo, ao longo de sua existência, para o crescimento do nosso Estado.

Pelo importante papel desenvolvido pelo SETCEPAR no seu setor de atuação é que este Deputado propõe o presente.

#### REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor ao Sr. Fábio Said Salum, Cardiologista do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba que realizou o primeiro transplante cardíaco em criança no Estado do Paraná, com votos extensivos à equipe do referido médico.

REQUER, outrossim, seja expedido Diploma de Honra ao Mérito ao cirurgião, demonstrando o reconhecimento desta Assembléia Legislativa ao profissional que está salvando vidas de crianças com problemas cardíacos.

A grande dificuldade nesse tipo de transplante é a diferença de peso entre o doador e o paciente que receberá o coração, haja vista que as crianças normalmente têm peso muito menor do que um adulto.

O médico Fábio Said Salum nasceu em São Paulo, Capital, filho de Said João Sallum e Ezilda A. Sallum.

Formou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná em 1973. Completou a residência em Cirurgia Cardíaca na Santa Casa de Curitiba (Serviço Professor Izeu Costa) em 1975.

Entre 1976 e 1977 fez pós-graduação em Cirurgia Cardíaca Pediátrica na Universidade de Londres e na Universidade do Alabama - USA.

O Dr. Fábio Sallum iniciou sua atividade cirúrgica no Hospital Infantil Pequeno Príncipe de Curitiba em 1977, na área de Cirurgia Cardíaca Infantil sendo o seu serviço referência nacional para o tratamento de cardiopatias congênitas, tendo operado próximo de 9.000 casos.

Em 19 de maio de 2004 seu Serviço realizou o primeiro transplante cardíaco pediátrico no Paraná e Santa Catarina, com pleno sucesso.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Engenheiro Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi, Mui Digno Coordenador do DNIT/PR, e Jairo Tupy Costa Reinhard, Mui Digno Superintendente do Departamento a Polícia Rodoviária Federal, solicitando as providências cabíveis visando elevar a velocidade permitida no radar móvel em serviço na BR-277, entre os Bairros Três Lagoas e o Trevo de acesso à Cidade de Foz do Iguaçu, bem como seja sinalizado o local da sua instalação.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Na BR 277, a uma distância próxima de 10 km do trevo de acesso à Cidade de Foz do Iguaçu, a Polícia Rodoviária Federal, através de radar móvel, tem aferido a velocidade de veículos permitindo uma velocidade máxima de 60 km por hora, sem sinalização de advertência aos motoristas, exigidas pela lei.

Sendo uma rodovia com pista dupla e de elevado tráfego de veículos, a velocidade limite é incompatível, devendo, pelo menos, ser elevada para 80 km/h, pois não se trata de perímetro urbano.

É grande a indignação de moradores de Foz e região e turistas que se dirigem a Foz do Iguaçu, pela forma como estão sendo multados, ou seja, sem prévia sinalização e numa rodovia de alta velocidade, pois a 60 km/h somente prejudica o fluxo de veículos, quando uma velocidade de 80 km/h oferece segurança necessária ao trânsito daquela via, no local onde é instalado.

#### REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-460, trecho Rio Muquilha - Pitanga, que apresente estado deplorável de conservação, ocasionando

vários acidentes, inclusive com vítimas fatais, além de danos materiais de incalculável monta nos veículos que ali trafegam.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, a PR 460 - trecho Rio Muquillo - Pitanga, apresenta precárias condições de tráfego, com grande número de buracos na pista, depressões no asfalto, falta de sinalização, causando enormes prejuízos, tanto materiais -aos veículos - como de tempo, retardando o percurso, além de colocar em risco a vida de todos que por ali trafegam.

É portanto, absolutamente mister a recuperação deste trecho da PR-460.

#### REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas informações ao Poder Legislativo, a respeito das irregularidades apuradas conforme relatório da auditoria procedida pela Empresa de Consultoria Kroll na fundação COPEL e divulgadas em matéria do dia 06 de maio no Jornal Folha de Londrina, juntando a cópia integral do referido relatório.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente da COPEL, através do Secretário-Chefe da Casa Civil, informa-se, a exemplo do contrato de mútuo celebrado entre a COPEL e a ELEJOR, a terceira acionista, Paineira Participações e Empreendimentos Ltda, também firmou contrato de mútuo similar.

Em caso positivo, solicita anexar a respectiva cópia e informar quanto aos repasses já efetuados, informar ainda se o sócio referido aportou novos recursos na sociedade.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM,

após ouvido o douto Plenário, ao Presidente da COPEL, através do Secretário-Chefe da Casa Civil, prestar informações a propósito da aquisição de ações da ELEJOR pela COPEL e contrato de mútuo celebrado entre ambas, conforme segue:

1. Considerando que estão expirados os prazos previstos nas cláusulas 6.3.1 e 11.1 do contrato de compromisso de alienação das ações de ELEJOR, já foram obtidas as autorizações da ANEEL e do CADE das quais trata a cláusula segunda do instrumento contratual referido?

2. Considerado novamente os prazos referidos, a COPEL efetuou o pagamento da última parcela do mútuo, no valor de R\$16.048.012,92, prevista para ser paga em caso da não obtenção das autorizações do CADE, ANEEL e Poder Legislativo, nos prazos previstos?

3. As parcelas do referido contrato de mútuo, vencidas nos dias 07 e 16 de abril e 10 de maio de 2004, foram pagas à ELEJOR? Neste caso, solicitam a juntada de cópia dos respectivos documentos do departamento financeiro que autorizaram e ultimaram os pagamento.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI e ADEMAR TRAIANO.

#### REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER informações junto à Secretaria de Estado da Educação sobre a distribuição da merenda escolar nas escolas da Cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná.

A presente medida mostra-se salutar, uma vez que, segundo informações recebidas, nas ilhas próximas ao Município, a merenda escolar já não é distribuída há mais de uma semana, e, em Guaraqueçaba, os professores estão sendo liberados mais cedo, em virtude da falta de alimentação aos alunos.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 242/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida a Loja Maçônica de Wenceslau Braz nº 33, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz, inscrito no CNPJ nº 77.478.162/0001-64, a qualidade de entidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

É inegável o papel das Lojas Maçônicas no contexto social do nosso país.

Em particular, a Loja Maçônica Wenceslau Braz nº 33, tem desempenhado um papel importante na comunidade local, o que se pode deprender pelo seu Relatório de Atividades.

Isso posto, pedimos o apoio e o voto de todos os pares desta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou tudo o que o Governo quis em relação a um dos pontos principais da campanha eleitoral de 2002, em relação ao pedágio. As Sras. e os Srs. Deputados se recordam que a encampação foi um tema polêmico, mas nós, inclusive, aqui - eu, membro do Bloco Independente - votamos a favor da encampação dos serviços do pedágio no Estado do Paraná.

No último dia 8 de junho, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou o prosseguimento do processo de encampação das praças de pedágio no Estado do Paraná.

Agora, nós não conseguimos entender o que está pensando o Governo do Estado e por que titubeia tanto em relação a esse compromisso assumido em campanha, que os especialistas em marketing político creditam, inclusive, a vitória dele sobre Álvaro Dias, no 2º turno, quando foi peremptório dizendo que acabaria com o pedágio, caso assumisse novamente a cadeira principal do Palácio Iguazu. Isto ele disse que iria fazer, logo no segundo dia em que estivesse chefiando o nosso Governo do Estado.

Pois bem, senhoras e senhores, aí já se vão 530 dias da posse do Governador Roberto Requião: o pedágio não acabou e muito menos baixou. Pelo contrário. No último final de semana, em algumas praças de pedágio houve um reajuste na ordem de 8%. E os caminhoneiros, os motoristas, os representantes comerciais estão pagando mais caro por esse aumento que veio na calada da noite, que veio num momento terrível para todos nós, brasileiros, principalmente àqueles que se utilizam de veículos nas rodovias brasileiras. Hoje os jornais já estão estampando aumento nas refinarias na ordem de 10% para o diesel e 10% para a gasolina, com impacto de 6% ou 7% nos próximos dias, na bomba, ou seja, o consumidor vai pagar mais caro por tudo isto.

E, ainda, voltando a esta questão do pedágio, o Governador, ao invés de acabar com o pedágio, criou uma nova praça na Rodovia do Xisto, no Município de Lapa, onde recentemente o Deputado Natálio Stica recebeu uma homenagem, a sua Cidade, inclusive, Deputado Líder do Governo, no domingo, eu conversava com o Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros da região Norte do Estado do Paraná, Roberto Delaroza, e ele me disse que há pedidos do Governo Roberto Requião em Brasília solicitando a implantação de mais praças de pedágio no Estado do Paraná!

Ora, senhoras e senhores, estamos amargando mais um aumento do pedágio, ao mesmo tempo que o Governo Federal anuncia também uma majoração nos combustíveis, com reflexos perversos na cadeia dos custos! E o pobre do trabalhador, assalariado, ainda nem sabe se os míseros vinte reais de aumento para o salário-mínimo vai ser confirmado na prática, aliás, esses vinte reais significam três pãezinhos por dia de aumento real para os trabalhadores, inteiramente corroídos, diga-se, na prática, porque quando entrar em vigor esse salário-mínimo, o que resta aí da inflação, já vai ter comido boa parte desse reajuste.

Eu gostaria, de mais uma vez frisar, ainda em relação a essa questão do pedágio, que o Paraná é um dos poucos Estados brasileiros que ainda não possui o vale-pedágio, respeitado não apenas pelo Governo Federal que baixou essa medida, mas por falta de vontade política do Governo do Paraná, que não legalizou a situação para que o vale-pedágio seja concedido para os caminhoneiros, porque os responsáveis pelo frete devem ser os donos da carga e não o pobre do caminhoneiro, e não o representante comercial que tem que arcar com mais esse ônus.

Por isso, a cobrança que eu faço na tarde de hoje, é para que o Governador do Estado do Paraná; ele precisa se explicar perante o povo do Paraná e perante esta Casa de Leis, porque não é possível, a encampação foi autorizada por esta Casa, nós tivemos agora a resposta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com sede em Porto Alegre, determinando o prosseguimento do processo de encampação das praças de pedágio para o Estado do Paraná, e nenhuma providência foi tomada pelo Governador em relação a este caso. Está com a faca e o queijo na mão, podendo cumprir um compromisso histórico da sua campanha, que é acabar com o pedágio. Mas infelizmente, nós estamos vendo novas praças de pedágio serem criadas, e pasmem, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde de hoje estaria o Governo Federal sendo inquirido pelo Governo do Paraná a criar outras três praças de pedágio, aí, sim, para fazer com que o nosso povo sofrido continue tendo que pagar a conta!

Sr. Governador Roberto Requião explique porque não foi tomada nenhuma providência em relação à encampação do pedágio, e como é que pode explicar esses novos aumentos na calada da noite que foram feitos nesse último fim de semana, que vão prejudicar o bolso dos caminhoneiros?

E outro questionamento que eu friso mais uma vez aqui: por que será que só o Estado do Paraná não respeita o vale-pedágio? Por um detalhe burocrático? Por formalidade? Por falta de vontade política, o povo do Paraná está pagando caro por causa do não cumprimento dessa lei, que é federal e que poderia estar beneficiando milhares de caminhoneiros em todo o nosso Estado! Vale lembrar que nós temos 75 mil caminhoneiros autônomos no nosso Estado e que eles estão necessitados já de há muito tempo que o vale-pedágio entre em vigor no nosso Estado.

A gente volta a lembrar aqui daquela imagem do Governador Roberto Requião dizendo que Álvaro Dias havia titubeado quando questionado sobre o fim do pedágio. Ele diz: no segundo dia que eu estiver ocupando o Palácio Iguaçu, eu acabo com as praças de pedágio porque ali está a maquiagem, porque o pedágio só corta o mato, pinta o meio-fio e tapa buracos!

Então, Sr. Governador, o senhor está com a palavra. São quinhentos e trinta dias, já quase metade do seu mandato e nós não vimos nada do que tange ao fim do pedágio e principalmente, para que esse pedágio seja reduzido.

Era esse o meu pronunciamento na tarde de hoje.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto por muitas vezes debatido aqui na Assembléia. O tema é o mesmo, embora o foco é outro.

Nós já falamos muito sobre o Porto de Paranaguá, já falamos muito sobre soja transgênica.

Existe até uma confusão sobre soja transgênica e aquela soja que a própria China mandou de volta, há questão de umas duas ou três semanas, soja embarcada no Porto de Rio Grande do Sul.

Aliás, naquela ocasião, Deputados usaram a tribuna do lado de lá, dizendo que o Governo do Estado do Paraná estava correto na época, que ele estava fiscalizando e certificando a soja do Paraná, porque a soja exportada via Porto de Paranaguá não correria o risco de ter qualquer contaminação ou tivesse qualquer risco de ter qualquer outro produto que tivesse mudado geneticamente a sua semente ou o seu produto.

Pois bem, naquela ocasião, alguém fez confusão com o transgênico e o fungicida encontrado em alguma soja que havia sido embarcada para a China.

E hoje o jornal traz, Srs. Deputados: "China embarca soja de cinco exportadores do Paraná". No Brasil, hoje são trinta empresas que a China não aceita mais a soja. Mas não são cinco, são onze empresas do Paraná que não podem mais exportar a soja para aquele país.

O que é que aconteceu, Srs. Deputados? O Deputado Plauto já fez algumas considerações em relação a esse assunto quando ele disse que a soja que havia sido devolvida em nada deve com a soja transgênica. É uma soja que o produtor, quando compra semente, e existe nessa semente um fungicida que muda até a coloração da própria soja. E essa soja é misturada com a semente comercial. E tem algumas empresas alguns produtores que infelizmente, comercializam a sobra da semente junto com a soja que eles produzem. Isso traz, sim, prejuízo às empresas que compram e exportam esse produto.

Mas o que quero dizer hoje, Srs. Deputados, é que o Governo do Estado do Paraná tem, no Porto de Paranaguá, a CLASPAR que é empresa de classificação de produtos do nosso Estado, e ela faz a certificação da soja. Aliás, muito bem defendido desta tribuna por um dos Deputados que dá sustentação ao Governo do Estado, e agora para surpresa nossa, fomos informados e toda a imprensa noticia no dia de hoje - que a China não aceita mais a comercialização de soja que vem de determinadas empresas do nosso Estado.

Ora, o que a CLASPAR está fazendo? Defendo-a sim, entendo que é uma empresa competente, mas o que ela está fazendo do Porto de Paranaguá? Estou falando que ela está certificando, fiscalizando a exportação de cereais do nosso Porto. O que aconteceu com essa soja? Lemos nos jornais hoje; vimos na televisão que as empresas devem manifestar-se, porque uma delas é a maior cooperativa do Paraná. Inclusive o Presidente Lula adiou sua ida à China para semana que vem.

Seria até bom se o Governador Roberto Requião, um profundo conhecedor da soja no Estado do Paraná, aliás como ele se diz, que ele integrasse essa comitiva. Que ele usasse o prestígio que tem no mercado internacional, para que ficasse a favor das empresas do Paraná, para que não viéssemos a sofrer esse boicote.

O Presidente Lula está muito bem intencionado sim, porque ele procura o mercado para que o nosso produto seja colocado. Coloca o Brasil à disposição dos investidores, que aqui querem investir, mas no Paraná, estamos na contra-mão. Ao invés de atrairmos investimentos, estamos espantando-os. Ao invés de tornarmos o nosso Porto competitivo, usamo-lo para dificultar as ações que possam beneficiar a economia do nosso Estado. E, agora somos pegos de surpresa, lamentavelmente por essa medida, ou por aquela soja que saiu do Porto de Paranaguá com determinado fungicida.

E o que o Governador vai fazer? Qual é a explicação que ele vai dar agora? Se a soja estava tão bem sendo fiscalizada pela CLASPAR no Porto de Paranaguá? Não podemos aceitar isso!

Ouvi hoje o Presidente da OCEPAR, Sr. João, um profundo conhecedor da questão agrícola, e principalmente de soja em nosso Estado, a sua preocupação. Não adianta falarmos de soja transgênica, quando a questão é outra. O que a China não aceita é fungicida dentro da soja, e o Governo faz vista grossa.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

### O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço seu pronunciamento e quero aqui voltar um pouco ao passado.

Há dez dias atrás foi discutido amplamente, e o Líder do Governo Deputado Natálio Stica ocupou a tribuna desta Casa para falar sobre um navio de soja que foi rejeitado pela China, do Rio Grande do Sul. Tentava ele dizer que era porque a soja tinha produtos transgênicos. E nós aqui questionamos e falamos: “olha, a soja não foi aceita pela China porque tem mistura de sementes de soja com fungicida e foi isso que fez com que o navio fosse reprovado”, mas como diz aquele ditado: “a língua é o chicote da bunda” e tudo aquilo que falaram do Rio Grande do Sul, aconteceu aqui no Paraná.

Estão aí vários exportadores não podendo mais carregar soja; quando carrega, a soja não é aceita pela China trazendo um sério prejuízo para o Estado do Paraná. Então tudo aquilo que está acontecendo aqui, aconteceu no Rio Grande do Sul há dez dias, e onde tentava o nosso Líder Natálio Stica dizer: “é soja transgênica do Rio Grande do Sul que está fazendo com que a China não aceite os navios de soja que para lá foram mandados”.

Então, que fique como exemplo para aqueles que falaram e para o nosso Líder, amigo Deputado Stica de que aquela “prosinha” sua há dez dias, acabou vindo abaixo, porque aquilo que aconteceu no Rio Grande está acontecendo com o nosso grande Paraná, livre, o Paraná puro, da semente de soja pura, sem transgênico, sem fungicida, como se fosse o nosso Estado do Paraná o Estado mais puro do planeta Terra.

### O Sr. Dobrandino da Silva

Concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Eu ouvi, hoje, na rádio CBN uma autoridade do Ministério da Agricultura que falava com referência a esse navio de soja que a China está devolvendo. Ele disse o seguinte: “há uma tolerância de todos os países de até três unidades de soja dessa que é preparada para semente por quilo. Isso é uma tolerância e a China, em uma manobra, diminuiu essa tolerância em que acabou prejudicando o Brasil.

Ouve-se falar, Deputado Elio Rusch, e acho que V. Exa. também ouve falar nisso, que a China está manobrando isso para fazer que abaixe o preço da soja. Então, nesse aspecto, eu imagino que não é culpa, nem do Paraná, nem do Rio Grande do Sul, nem do Brasil; é um interesse econômico daquele país, que é um grande comprador de soja brasileiro.

Até os próprios produtores estavam surpresos com o alto preço da soja e isso, claro, veio a cair. Então, imagino que essa declaração de um alto funcionário do Min-

istério da Agricultura realmente procede no que tange a essa devolução da soja brasileira.

### O SR. ELIO RUSCH

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer aos Deputados Plauto e Dobrandino, e dizer que nós sabemos que existe um interesse econômico muito grande por trás dessa questão, mas é exatamente o que o Plauto disse: “nada melhor que o tempo!”

O tempo se encarrega de confirmar a veracidade das pessoas ou de desmenti-las, porque quando a soja foi devolvida lá do Rio Grande do Sul, aqui no Paraná se cantava em prosa e verso que aqui não existe isso, porque aqui a soja é certificada, aqui existe uma fiscalização e nós dizíamos, naquela ocasião, que não se referia à soja transgênica, mas sim, que tinha dentro da soja comercial alguma semente com fungicida. E, naquela época, as nossas palavras, as do Deputado Plauto e de tantos outros, não era considerada, mas hoje dá para ver que aquilo que falávamos, efetivamente, era verdade. Então, o tempo se encarrega de confirmar a veracidade.

Agradeço ao Presidente e espero, sim, que o Governador do Estado do Paraná consiga dar uma explicação à sociedade do Paraná ou os Deputados que o defendiam em relação àquele impasse que já havia acontecido.

Muito obrigado!

### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter por cinco minutos.

### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil é um gigante que começa a se mexer. Quem diz é o “The Economist”. A política externa do Governo do Presidente Lula tem reconhecimento dessa importante revista britânica.

A reportagem intitulada “Um Gigante se Mexe”, afirma que o Brasil está fazendo um lance pelo status de grande potência. A revista afirma que o Presidente Lula busca ser o porta-voz dos países pobres. Cita a atuação do País na formação do G20, que combateu o protecionismo agrícola e a expedição enviada ao Haiti.

Sras. e Srs. Deputados, esta percepção internacional da estratégia e da compostura do novo Governo do Presidente Lula com os países emergentes faz com que nos orgulhemos cada vez mais dessa política.

Os índices grandiosos dos superávits na balança comercial. Os dados são incontestáveis. Apontam que a economia está no rumo certo. A macro economia está no rumo certo. E os reflexos já se deram inclusive no crescimento do PIB do último trimestre.

É um sinal claro de que há estabilidade, há um crescimento vegetativo da economia do País e naturalmente que isso se refletirá cada vez mais no dia-a-dia do comércio, da indústria como um todo.

E essa problemática da China, Deputado Elio Rusch, realmente é uma questão de mercado. A China é o maior comprador de soja do mundo achou um artifício para regular o mercado e tentar abaixar o preço da soja. O Governo está fazendo um esforço muito grande e vai mandar uma missão à China, - já deve ter saído hoje, - para negociar as regras que o País tem e vai trazer inclusive chineses aqui para acompanhar, verificar *in loco* que os padrões internacionais que são praticados com essa commodity o Brasil vai praticar e vamos continuar mantendo os nossos mercados. Haverá um esforço muito grande.

Agora, quero deixar uma pergunta no ar, Deputada Rusch: Será que as sementes tratadas com fungicidas, uma parte não seria de sementes transgênicas contrabandeadas que foram tratadas e não foram usadas? E talvez, até de forma criminosa foram misturadas?

Talvez, quem sabe, o nosso poder de fiscalização não é tão eficiente...

Eu como agricultor, tenho conhecimento que muitas vezes sobram sementes, sim. As pessoas não usam todas e depois acabam comercializando. Quando a semente é tratada deveria ser plantada e depois não pode ser misturada com as sementes para a alimentação humana.

Infelizmente, ocorrem crimes como esses e se é detectado no setor de exportação isso cria um grande problema para o País.

Então, fico com essa dúvida. Pode ser que houve sementes que não foram usadas, que eram contrabandeadas e que foram misturadas quem sabe criminosamente, para criar problemas no Porto.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo ninguém inscrito no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT.

**(Todas declinaram)**

PT. Deputado André Vargas.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da palavra, estamos aproximando-nos do período das convenções - para novamente voltar a oficialmente dizer a posição do nosso Partido, e temos conversado com o Deputado Dobrandino e temos um entendimento que a governabilidade no Estado do Paraná é mais importante que o processo eleitoral em disputa. Quicá os Partidos da Base Aliada do Governo Lula e do Governo Requião possam estar juntos! Naturalmente entendemos a autonomia dos Partidos; é preciso que os Partidos, cada vez mais fortes, consolidem a democracia, ainda incipiente no Brasil, mas que já foi capaz de reeleger um Presidente e que esse, reeleito, transmitisse a posse para o Presidente atual e oriundo das classes populares.

Portanto, a nossa compreensão é que no Paraná como no Brasil, ocorre um processo de alianças, do ponto de alianças, do ponto de vista de governabilidade, muito importante. A implementação dos programas de Governo que melhorem a vida da população é, acima de tudo, o norte da ação política de Parlamentares, Prefeitos, Governadores e do Presidente da República. Mais importante que qualquer processo de disputa é a implementação de Programas de Governo que melhorem a vida do povo. O Paraná tem sido, sim, um Estado importante para o Brasil, o Governo Central tem sido, sim, importante para a implementação de políticas públicas aqui no Paraná.

Renovo, portanto, a compreensão de meu Partido, que participa de um processo de aliança aqui no Paraná, de solidez dessa aliança, de que teremos, sim, disputas municipais, mas que a direção dos Partidos Políticos que compõem essa base são absolutamente maduras para entender o fim a que se destina a ação política, que é melhorar a vida do povo. Podemos divergir de forma como atingimos esse fim, mas que essa divergência não sejam superiores, a fim de comprometer a implementação desses Programas.

Portanto, quero aqui, de público, renovar a concepção que em eleições e em especial no Paraná- onde temos quatro cidades com 2º turno- é fundamental a compreensão que os Partidos da Base Aliada têm que ter muita responsabilidade, muito diálogo e acima de tudo, generosidade e compromisso com a melhoria da vida do povo.

Portanto, Sr. Presidente e companheiras e companheiros Deputados, renovo aqui a solidez da aliança que existe no Paraná. Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

#### O SR. DOBRADINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi o pronunciamento de meu colega Deputado André Vargas, Presidente do PT, que falava das alianças dos dois Partidos e da governabilidade. Nós também entendemos, Deputado André Vargas, que a governabilidade realmente é importante e necessária aqui no Paraná, no Brasil, e os interesses da população realmente têm que estar acima de tudo, mas é importante também o exercício da democracia para o nosso Brasil.

Portanto, não podemos também condicionar essa aliança somente em função da governabilidade.

E eu tenho dito, meu colega André Vargas, onde pudermos fazer uma aliança com o PT, Partido oficial do Governo brasileiro, hoje seu Governo, eu acho louvável e muito importante e realmente não tenho nada a opor contra isso, mas também sou favorável que, onde pudermos fazer uma coligação com outros Partidos, deve ser feita, porque se constrói uma democracia sólida, com as disputas eleitorais. Ganhando ou perdendo, constrói-se a democracia.



Nem só de vitórias, por exemplo, você a constrói em seu país. E, para que tenhamos o Brasil que queremos, para governar para todos os brasileiros, é preciso fortalecer as suas instituições políticas. Precisamos de Partidos Políticos fortes, e aí, sim, nós teremos a governabilidade. Enquanto tiver, hoje, essa fragilidade em que o Deputado Estadual, Vereador, Deputado Federal, nessa prática de se eleger pelo Partido e amanhã estar em outro, é impossível termos, realmente, o País que queremos. É preciso que o Partido se fortaleça para que se possa fazer um programa de governo e depois tenhamos a sustentabilidade.

Por isso, eu diria ao meu amigo, Deputado André Vargas, eu não sou contra as coligações, eu sou favorável. A democracia nos faculta a coligação com esse ou aquele Partido. Isso é democrático! Mas, quero dizer a vocês que é preciso, que essa recíproca seja dos dois lados: o PMDB ajudando lá em Brasília, o PT aqui no Paraná, nos ajudando na governabilidade. Mas, tem que ter uma certa liberalidade em cada município para que o Partido local possa decidir: não pode, realmente. Eu sou radicalmente contra isso: em função dessa governabilidade, o Partido possa engolir o outro lá no município.

Eu queria deixar a minha posição. Na verdade, acho que o PT é um Partido forte e vem se firmando no Brasil; merece todo o nosso respeito. Mas, queremos a autonomia de cada Partido em cada Município do nosso Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Nishimori**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.  
(**Declinam**).

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 004/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, 07 (sete) cargos de Assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, 07 (sete) cargos de Secretário de Desembargador, simbologia DAS-4 e 14 (quatorze) cargos de oficial de Gabinete de Desembargador, simbologia 1-C, sendo que os mesmos de provimento em comissão, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 2º - Fica criado na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, 07 (sete) cargos de Motorista, nível A-8, sendo os mesmos de provimento efetivo, que passam a integrar o Anexo I e Anexo III, Tabela 1 - Grupo Ocupacional Básico, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritos "Dr. Leocádio José Correia", com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 132/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritos Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 166/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola

Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), com sede e foro em Pontal do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 166/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Antonio Olinto, com sede no mesmo Município e foro no Município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Abibe Isfer, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Renal, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial Nova Vida, com sede e foro no Município de Altônia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 182/2004

A súmula do Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, passará a ter a seguinte redação:

“SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubiratã.”

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(A) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Mauro Moraes.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar

de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 183/2004

A súmula do Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, passará a ter a seguinte redação:

“SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí.”

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(A) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Jocelito Canto, Nereu Moura, Luis Nishimori e Nelsinho Dal Santos.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo do Município de Ubitatã, com sede e foro no Município de Ubitatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 190/2004

A súmula do Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, passará a ter a seguinte redação:

“SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Instituição de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, do Município de Ubitatã.”

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(A) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Mauro Moraes, Marcos Isfer e Renato Gaúcho.

**O Projeto retorna à CCJ.**

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria apenas de registrar a presença do Vereador de Cambé, Erasmo Machado, pré-candidato da Prefeitura daquela Cidade, que nos honra com a sua presença na tarde de hoje, em nossa galeria.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ NISHIMORI

A Mesa agradece a presença do ilustre Vereador.

Sobre a mesa Requerimento nº 1115, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1116, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1117, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1118, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1119, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Ruch, Fernando Ribas Carli e demais Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Nishimori**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1120, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1121, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Nishimori**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1122, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1123 e 1124, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1125, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1126, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1128, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 695/2003 e 069/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 004, 005, 019, 026/2004; 041, 044, 052, 054, 055 e 056/2003.

Levanta-se a Sessão.

### **Ata de Comissão:**

#### **COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Sr. Deputado Vanderlei Iensen, mais a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 37/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relator Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar eu, Rosângela Alves Cardoso, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VALDERLEI IENSEN - Presidente  
Rosângela Alves Cardoso - Secretária